

Torneio de **Juniores Masculinos** **Andebol** Páscoa 2012

Pavilhão Flávio Sá Leite

29, 30 e 31 de Março de 2012



Quinta-Feira, dia 29 de Março - 21:00

Juniores ABC de Braga - Juvenis ABC de Braga

Sexta-Feira, dia 30 de Março - 19:00

Juniores ABC de Braga - Juniores AC Fafe

Sábado, dia 31 de Março - 17:00

Juvenis ABC de Braga - Juniores AC Fafe

ORGANIZAÇÃO:



APOIO:

TECNIGRAFICA

CLUBES PARTICIPANTES:



Primavera

smile.up
Clínicas Dentárias

PNEU FELIZ

GOLDEN ASSETS
Sociedade Gestora de Participações, S.A.

TECNIWOOD

TECNIGRAFICA

GfK

cópsula
Complexos Desportivos



REGULAMENTO

Torneio 29,30 e 31 de Março

PÁSCOA – 2012

1.- FORMA DE DISPUTA

Neste torneio, por ter 3 equipas participantes, o sistema de disputa será em uma fase jogando todos contra todos.

Série única:



ABC de Braga (Juniore)



A. C. Fafe



ABC de Braga (Juvenis)

As equipas vão jogar todas contra todas vencendo a equipa que totalizar mais pontos

2. CATEGORIA

2.1. O Torneio é destinado à categoria de Juniores e Juvenis masculinos.

3. EQUIPA

3.1. Cada equipa é constituída até um máximo de 14 jogadores por jogo.

3.2. Um máximo de 7 jogadores por equipa (6 jogadores de campo e 1 guarda redes) poderá estar dentro de campo. Os restantes atletas, deverão permanecer sentados na sua área de substituição.





4. BOLA

4.1. A bola a utilizar, terá a dimensão regulamentar e será da marca Macron.

5. TEMPO DE JOGO

5.1. O tempo de jogo será de 60 minutos, divididos em duas partes de 30 minutos, com intervalo de 10 minutos.

5.2. É permitida a solicitação de “Time Out” de acordo com o previsto no regulamento da Federação de Andebol de Portugal (um “Time Out”, em cada parte, para cada equipa e em situação de posse de bola).

6. PONTUAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES

6.1. As pontuações serão atribuídas da seguinte forma:

Vitória – 3 pontos

Empate – 2 pontos

Derrota – 1 ponto

6.2. Em caso de igualdade pontual, aplica-se o disposto no Regulamento Geral da Federação de Andebol de Portugal, Título 11, artigo 13º:

6.2.1. No caso de igualdade dos pontos, no final da fase, a classificação será efetuada da seguinte forma:

- a) Pelo número de pontos obtidos no jogo entre si;
- b) Pela diferença de golos marcados e sofridos nos jogos entre as equipas empatadas;
- c) Pela diferença de golos marcados e sofridos entre todas as equipas;
- d) Pelo menor número de golos sofridos na respectiva fase;
- e) Pelo maior número de golos marcados na respectiva fase;

7. PROTESTOS

7.1. Serão admitidos protestos, desde que o declarem ao delegado no boletim de jogo e o confirmem até 60 minutos após o termo do jogo. O delegado terá de entregar a confirmação do protesto junto do Secretariado do Torneio.





7.2. Os protestos serão julgados por um comité técnico da responsabilidade da AAB (Associação de Andebol de Braga).

7.3. Das decisões do Comité técnico não haverá qualquer recurso.

8. TROFÉUS

8.1. Será atribuído um troféu a todas as equipas participantes

8.2. Será atribuído um troféu ao Melhor Jogador e Melhor Guarda-Redes.

8.3. Os troféus definidos em 8.2 serão votados por todos os treinadores até ao final do torneio.

9. SECRETARIADO

9.1. Diariamente a Organização emitirá um comunicado, onde irá constar informações pertinentes para o bom funcionamento do Torneio, os resultados do dia, as possíveis alterações no calendário de jogos, nomeações das equipas de arbitragem e eventuais castigos aplicados.

9.2. É da responsabilidade dos delegados dos clubes a recolha do Comunicado no Secretariado.

No caso de não recolherem o Comunicado, serão responsáveis por qualquer consequência que daí advinha.

10. CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão decididos pela Organização, de acordo com o Regulamento da Federação de Andebol de Portugal.

11. CALENDÁRIO DOS JOGOS

Jogo	Data	Hora	Equipa	Equipa	Resultado	Local
1	29 Março	21,00	ABC de Braga (Juniões)	ABC de Braga (Juvenis)		Pav Sá Leite
2	30 Março	19,00	ABC de Braga (Juniões)	A. C. Fafe (Juniões)		Pav Sá Leite
3	31 Março	17,00	ABC de Braga (Juvenis)	A. C. Fafe (Juniões)		Pav Sá Leite





12. CLASSIFICAÇÕES

Lugar	Equipa
1º Classificado	
2º Classificado	
3º Classificado	

Obs:

Braga, Março de 2012





ANEXOS .





ANEXO I .

Extracto do Regulamento Geral da FAP





EXTRATO DO
REGULAMENTO GERAL DA
FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL
E ASSOCIAÇÕES

TÍTULO 11

DOS JOGOS EM GERAL

Capítulo I

Das provas em geral Secção I
Disposições genéricas

Artigo 1º
Exclusividade

1. A Federação de Andebol de Portugal dispõe em exclusivo, do direito de organizar competições internacionais entre a Selecção Nacional e a Selecção de outros países, bem como, em geral, todas as competições disputadas a nível nacional.

2. As Associações poderão, mediante autorização da Federação de Andebol de Portugal, organizar competições entre a Selecção da sua área territorial e a de outras Associações congéneres nacionais ou estrangeiras, bem como, em geral, todas as competições que se disputem a nível nacional.

Artigo 4º

Provas Internacionais, Inter-Regionais e Regionais

1. As provas de andebol poderão classificar-se, de acordo com a sua natureza, em Internacionais, Nacionais, Inter-Regionais e Regionais, podendo estas por sua vez, subdividir-se em oficiais e particulares.

2. São consideradas provas oficiais as organizadas nos termos regulamentares pelas Federações Internacional e Europeia, Federação de Andebol de Portugal, ou pelas Associações, designando-se, consoante a sua natureza, por Campeonatos, Taças ou Encontros Nacionais.

3. São ainda consideradas provas oficiais os Torneios realizados pela Federação de Andebol de Portugal ou Associações que assinalem o início ou termo de uma época desportiva, designadamente, Torneios de Abertura ou Taça de Honra e Torneio de Encerramento, desde que, estes se encontrem expressamente previstos nos Planeamento de Provas, ou sejam solicitados no início da época às entidades desportivas competentes.

4. São consideradas provas particulares as organizadas pela Federação de Andebol de Portugal, Associações ou Clubes que sejam objecto de propaganda, sendo estas designadas por Torneios.

5. A organização de Torneios não poderá prejudicar a realização de provas oficiais.





Artigo 5º

Competições particulares entre clubes da mesma Associação

1. Sem prejuízo do estabelecido no Subtítulo 5 do Título 11 do presente regulamento, os clubes filiados na mesma Associação, poderão realizar competições particulares entre si, desde que requeiram a esta entidade a necessária autorização.
2. O requerimento referido no número anterior deverá ser efectuado nos termos do disposto no Subtítulo 5 do presente Título.

Artigo 6º

Competições particulares entre clubes de diferentes Associações

Os jogos particulares entre clubes filiados em diferentes Associações serão efectuados nos termos do disposto no Subtítulo 5 do Título 11 do presente Regulamento.

Artigo 12º

Averbamento de pontos

1. O averbamento de pontos será efectuado nos termos seguintes:
 - a) Vitória - 3
 - b) Empate - 2
 - c) Derrota - 1
 - d) Falta de comparência – 0
2. Os resultados dos jogos realizados por um clube, que por qualquer motivo tenha sido eliminado ou desistido de uma prova, não serão anulados.
3. É aplicável às provas por "poules" o regime estabelecido no número 1.
4. No caso de aplicação de falta de comparência ao Clube vencedor e para efeitos de somatório de golos, observar-se-ão as seguintes regras:
 - a) Se o Clube penalizado estiver na posição de vencido será homologado o resultado;
 - b) se o clube penalizado estiver na posição de vencedor ser-lhe-á atribuída a derrota de 0-15.

Artigo 13º

Desempate

1. No caso de empate por pontos em qualquer prova, o desempate será efectuado da seguinte forma:
 - a) Pelo número de pontos obtidos nos jogos entre si;
 - b) Pela diferença de golos marcados e sofridos nos jogos entre as equipas empatadas;
 - c) Pela diferença de golos marcados e sofridos entre todas as equipas;





- d) Pelo menor número de golos sofridos na respectiva fase de cada Campeonato;
 - e) Pelo maior número de golos marcados como visitante na respectiva fase de cada Campeonato;
 - f) Pelo quociente dos golos marcados e sofridos entre as equipas (maior quociente).
 - g) Pelo maior número de atletas inscritos pelo Clube na época correspondente.
2. No caso estabelecido na alínea f) será sempre considerada a soma total dos golos marcados e sofridos .
3. No caso de não ser possível desfazer a igualdade pontual será considerada vencedora a equipa com menor número de golos sofridos no conjunto de todos os jogos efectuados e se, ainda assim não for possível será o maior número de golos marcados no conjunto de todos os jogos efectuados.
4. Quando o desempate se fizer entre mais de duas equipas as alíneas do corpo do artigo aplicam-se sucessivamente; Exemplo: No caso de três equipas empatadas, se uma desempata na alínea b) as outras continuam o processo aplicando a alínea c) e seguintes, se for caso disso, não se voltando atrás.
5. Poderão ser determinadas restrições pelos regimes específicos de cada prova.

Artigo 17º

Não realização de jogo por decisão dos árbitros

- 1. Quando um jogo não se realize ou não tenha a duração regulamentar por decisão dos árbitros, deverá esta ser expressamente fundamentada no boletim de jogo.
- 2. Considera-se legítima a decisão dos árbitros de não darem início à competição ou suspenderem o decurso da mesma, sempre que, ocorram infracções consideradas muito graves ou graves nos termos do regulamento disciplinar, ou as mesmas decorram de caso de força maior.
- 3. A determinação da suspensão definitiva do jogo nos termos do número anterior traduz-se na atribuição da derrota ao clube a que pertencer o infractor.
- 4. O órgão disciplinarmente competente, analisará as ocorrências descritas no boletim de jogo, concordando, ou não, com a decisão adoptada pelos árbitros, e determinará da marcação de novo jogo, da sua repetição, ou da aplicação das sanções adequadas.

Artigo 41º

Boletim de jogo

- 1. Os árbitros nomeados para o jogo, preencherão obrigatória e minuciosamente o respectivo Boletim, descrevendo por forma concisa, clara e objectiva as ocorrências verificadas.
- 2. Os árbitros do encontro elaborarão o Boletim de Jogo em triplicado, ficando um exemplar para cada clube e o original para a Federação de Andebol de Portugal.
- 3. O Boletim de jogo deverá dar entrada na Federação até 48 horas úteis após a hora do jogo.
- 4. O Boletim de Jogo deverá ser assinado pelo Oficial A da equipa ao jogo.





Artigo 42º

Cabine dos árbitros

Só poderão ter acesso à cabine dos árbitros, os dirigentes da Federação de Andebol de Portugal, das Associações quando se trate de prova associativa, os Delegados dos Clubes e Director de campo quando devidamente identificados e os respectivos capitães de equipa.

Artigo 53º

Lista de participantes

Só poderão intervir no jogo a disputar os jogadores inscritos na lista de jogadores referida no artº 41º do Subtítulo 1 do Título 1 do Regulamento Geral da Federação de Andebol de Portugal.





ANEXO II .

Lista de Participates





Torneio de Júniores Masculinos

Andebol

Páscoa 2012

LISTA DE PARTICIPANTES

Clube: _____

Prova: Torneio 29,30 e 31 de Março – Páscoa 2012

Jogo: _____ / _____



JOGADORES		
Número	Nome	CIPA

OFICIAIS			
	Nome	Função	CIPA
TREINADOR			
OFICIAL A			
OFICIAL B			
OFICIAL C			
MÉDICO			

Braga, / 03 / 2012

Assinatura





ANEXO II .

Folha Rascunho Mesa



